



PROCESSO	00179.001786/2023-45
INTERESSADO	Presidência
ASSUNTO	Documento de sistematização da relatoria da live "As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas"

DELIBERAÇÃO Nº 071/2023 – CPUAT-CAU/SP

A COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, AMBIENTAL E TERRITORIAL - CPUAT - CAU/SP, reunida ordinariamente de forma híbrida, na Sede do CAU/SP e Plataforma Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 100 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe e;

Considerando a Lei nº 12.378/2010 que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF;

Considerando a finalidade da CPUAT-CAU/SP, de zelar pelo planejamento territorial, exigir a participação dos arquitetos e urbanistas na formulação e gestão de políticas urbanas, ambientais e territoriais estimulando a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado, nos termos do caput do art. 100 do Regimento Interno do CAU/SP;

Considerando a realização da live “As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas”, no dia 04 de abril de 2023, bem como a elaboração do documento de sistematização das relatorias do evento para publicação e divulgação dos debates e principais contribuições;

Considerando que as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:

1 – Aprovar o documento de Sistematização da Relatoria da Live “As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas” nos termos do anexo;

2 – Solicitar o encaminhamento da relatoria do evento à Coordenação de Comunicação do CAU/SP, para divulgação no site do CAU/SP, bem como ao Núcleo BrCidades RMBS, CATHIS-CAU/SP e CT-TIC-CAU/SP

4 – Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SP para apreciação e providências cabíveis.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo-SP, 15 de junho de 2023

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPUAT-CAU/SP

(Híbrida)

Folha de Votação

Função	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abst.	Ausên.
Coordenadora	Mônica Antonia Viana	X			
Coordenadora-Adjunta	Carina Serra Amancio				X
Membro	Ailton Pessoa de Siqueira	X			
Membro	Danila Martins de Alencar Battaus	X			
Membro	Denise Antonucci	X			
Membro	Maria Eneida Barreira	X			
Membro	Maria Isabel Rodrigues Paulino	X			
Membro	Paulo Marcio Filomeno Mantovani	X			
Membro	Vera Lúcia Blat Migliorini	X			
Membro	Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi				X

Histórico da votação:**28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPUAT - CAU/SP****Data:** 15/06/2023**Matéria em votação:** Documento de Sistematização da Relatoria da Live As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas**Resultado da votação:** Sim (08) Não (00) Abstenções (00) Ausências (02), Total (10)**Impedimento/suspeição:** (00)**Ocorrências:** -**Condução dos trabalhos:** Mônica Antonia Viana**Assessoria:** André Ferreira de Magalhães

Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ FERREIRA DE MAGALHÃES, Assistente Administrativo(a)**, em 16/06/2023, às 11:50, conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC E2444519 e informando o identificador **0044805**.



CAU/SP

Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT

Live

**As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco
no litoral paulista, no contexto da urbanização
excludente e das mudanças climáticas**

- Relatoria do Evento: 04/04/2023 -

São Paulo, SP

Abril/2023



CAU/SP

Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT

Live

As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas

Live transmitida pelo canal do CAU/SP e do Núcleo BrCidades RMBS.

Data: 04/04/2023 das 18h00 às 20h00 - Youtube do CAU/SP

LINK DE ACESSO AO VÍDEO DO EVENTO:

<https://youtu.be/cGO6SoXnluo>

(461 visualizações até 07 junho/2023)



Organização e Realização

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP
Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial - CPUAT-CAU/SP
Núcleo BrCidades da Baixada Santista - RMBS

Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT

Organização do evento

Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – Coordenadora da CPUAT-CAU/SP
Arq. Urb. Ana Paula Preto Rodrigues Neves – Coordenadora CT-TIC-CAU/SP
Arq. Urb. Débora Sanches – Coordenadora Adjunta CATHIS-CAU/SP
Arq. Urb. Denise Antonucci – Conselheira Titular CPUAT-CAU/SP
Arq. Urb. Maria Isabel Rodrigues Paulino – Conselheira Titular CPUAT-CAU/SP
Arq. Urb. Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi – Conselheira Suplente CPUAT-CAU/SP

Abertura

Arq. Urb. Catherine Otondo – Presidente do CAU/SP
Arq. Urb. Mônica Antonia Viana - Coordenadora da CPUAT-CAU/SP
Arq. Urb. Débora Sanches - Coordenadora Adjunta da CATHIS-CAU/SP
Arq. Urb. Ana Paula Preto Neves - Coordenadora da CTIC- CAU/SP
Adv. Gabriela Ortega – Membro da Coordenação do Núcleo BrCidades RMBS e da Campanha Despejo Zero/Baixada Santista

Mediação

Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP
Arq. Urb. Sânia Cristina Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS

Convidados (as) - Expositores

Leandro Santos – Liderança da Comunidade Vila Sahy
Historiador Fábio Chagas - Coletivo Caiçara e FACESP
Arq. Urb. Cristina Boggi da Silva Raffaelli – IPA e UFABC
Geólogo Fernando Rocha Nogueira – LabGRIS/UFABC
Eng. Civil Ivan Carlos Maglio - Dr. em Saúde Ambiental – Pesquisador do IEA-USP

Reladoras

Arq. Urb. Sânia Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS
Arq. Urb. Carolina Gonçalves Mauro Terra - Núcleo BrCidades RMBS

Revisão final: Arq. Urb. Mônica Antonia Viana - Coordenadora CPUAT-CAU/SP

Apoio na sistematização da Relatoria: André Ferreira de Magalhães - SGO-CAU/SP



As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas

Todo ano, no período das chuvas de verão, os jornais estampam a mesma notícia: desastres socioambientais em diversas regiões do país, como vimos recentemente na tragédia ocorrida no litoral norte de São Paulo no município de São Sebastião, em especial na Vila Sahy, gerando a perda de inúmeras vidas e grandes perdas materiais. Podemos lembrar dramas semelhantes, como os episódios de Franco da Rocha (2022), Guarujá (2020) e Vale do Ribeira (2014), para citar os mais recentes no estado de São Paulo. No entanto, o que parece ser uma fatalidade ambiental e natural, na verdade, é uma tragédia anunciada, projetada e construída pelo modelo de urbanização desigual e excludente que vigora nas cidades brasileiras. Chuvas intensas, deslizamentos de terra, alagamentos e enchentes em áreas urbanas e rurais, incêndios catastróficos, crise hídrica e diversos outros desastres que assolam a população muitas vezes são denominados como “tragédias naturais”. Todavia, na sua maioria, são resultantes de um conjunto fatores, fruto dos impactos das mudanças climáticas, mas principalmente do modelo de ocupação urbana vigente, como a ineficácia da legislação urbana e ambiental, a falta de políticas públicas e da priorização de investimentos nas áreas deficitárias e vulneráveis, não dando o acesso à população mais pobre à moradia digna, em terra bem localizada com infraestrutura urbana.

Isso reflete no território das nossas cidades as desigualdades do país, o que se agrava ainda mais com inércia e/ou omissão do poder público no enfrentamento das causas estruturais desse problema. Reforça, portanto, a necessidade de políticas públicas integradas e cooperadas entre os municípios e os demais entes federativos, que sejam dedicadas a garantir cidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes, com moradias salubres e seguras para a população, em especial para as famílias mais vulneráveis. Assim como propõe a Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP que é composta por um conjunto de princípios e 08 eixos temáticos, com seus objetivos e ações estratégicas para o território paulista, sob a ótica da atuação profissional dos Arquitetos e Urbanistas frente às políticas públicas urbanas, ambientais e territoriais. Dessa forma, busca atender a função social do Arquiteto e Urbanista, como também estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de estado.

No contexto do litoral paulista, em especial do litoral norte, esse cenário ganhou vultos expressivos em função do turismo de veraneio e da especulação imobiliária. Após a pavimentação da rodovia Rio Santos, esse modelo de urbanização foi expulsando os povos



indígenas e os caiçaras das áreas costeiras para as áreas denominadas de sertão, levando ao adensamento dos territórios por assentamentos e moradias precários, prioritariamente ocupados pela população mais pobre, trabalhadores da cadeia produtiva do Turismo e da construção civil. Tal realidade demanda improrrogáveis ações do poder público, que, essencialmente, previnam essas tragédias que podem ser evitadas. Cabe destacar, que pela característica natural dessas áreas de encosta do bioma Mata Atlântica, os escorregamentos são recorrentes, por isso são áreas inadequadas para ocupação urbana, que devem ser protegidas, preservadas e não ocupadas com moradias.

Portanto, a tragédia ocorre quando se permite a ocupação dessas áreas com assentamentos precários, colocando em risco a população pobre e trabalhadora, que devido à falta de opção, ocupa essas áreas, que por serem impróprias para ocupação urbana, cujos territórios estão fora do mercado formal da produção de moradias, sendo, portanto, mais baratas. Por isso evidenciamos a importância de repensarmos o modelo de ocupação urbana gerado pelo turismo de veraneio, em especial nas áreas costeiras.

No quadro atual, os objetivos, diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade devem ser utilizados nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo dos municípios e serem implementados na prática por um conjunto de políticas públicas integradas. Dentre elas, a importância da reconstrução de uma Política de Habitação, em especial de habitação de Interesse Social - HIS, em consonância com a Política de Desenvolvimento Urbano, que efetivamente ataque o problema da ocupação desordenada em áreas de risco nas cidades brasileiras e paulistas.

Nesse sentido, considerando a finalidade da CPUAT-CAU/SP, de zelar pelo planejamento territorial, exigir a participação dos arquitetos e urbanistas na formulação e gestão de políticas urbanas, ambientais e territoriais, estimulando a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado, nos termos do caput do art. 100 do Regimento Interno do CAU/SP;

Considerando que o CAU/SP tem importante papel a cumprir na valorização e disseminação da relevância das contribuições do profissional Arquiteto e Urbanista na atuação e debate sobre o planejamento urbano, ambiental e territorial para a construção de cidades e regiões mais inclusivas, sustentáveis e resilientes, em conformidade com o que estabelecem a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o Estatuto da Metrópole (Lei nº 10.089/2015), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e demais políticas públicas setoriais afins;

Considerando o grande déficit habitacional no Brasil e no estado de São Paulo, em especial para população de baixa renda; a importância da regulamentação e implementação da Lei de ATHIS (2008) nos municípios de forma integrada à política urbana; e que 85,4% da



população economicamente ativa que já construiu ou reformou um imóvel, o fizeram sem assistência técnica de um profissional habilitado, segundo pesquisa CAU/BR-Datafolha, é de fundamental importância o papel do CAU/BR e CAU/UF em ações de fomento à ATHIS, buscando ampliar e valorizar o exercício profissional nesta área, cumprir a função social dos Arquitetos e Urbanistas, como também estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de estado;

Considerando a aprovação da Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista – AUA do CAU SP, pela Deliberação Plenária nº 0539-07/2022, em especial o Eixo 1 que trata do Direito à Moradia digna, Urbanização e Planejamento Urbano integrado, inclusivo e sustentável; o Eixo 2 que trata do Meio Ambiente, Saneamento e Saúde Pública; e o Eixo 7 que versa sobre Segurança Urbana e Políticas Públicas de redução das desigualdades;

Considerando a importância do CAU/SP, através da CPUAT e demais comissões, em fomentar debates e contribuir com propostas e alternativas em relação aos problemas urbanos e ambientais em função das intensas chuvas, reflexo dos eventos climáticos extremos, das mudanças climáticas e do modelo de urbanização desigual e excludente, e suas conseqüentes perdas no patrimônio histórico, ambiental e social;

Considerando o Núcleo BrCidades RMBS, que integra a rede BrCidades Nacional, que reúne entidades e comunidades comprometidas com o Direito à Cidade e o Desenvolvimento Urbano Sustentável, que sistematizou uma Agenda Mínima Regional para Baixada Santista, e vem realizando desde setembro de 2020 debates sobre esses temas na Baixada Santista, no litoral paulista;

A Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial – CPUAT do CAU/SP em parceria com o Núcleo BrCidades da Baixada Santista convidam para um debate sobre as recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco, no contexto da urbanização excludente das cidades do litoral paulista e dos impactos das mudanças climáticas.



Live: As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista, no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas

Data: 04/04/2023 – Youtube do CAU/SP

PROGRAMAÇÃO DA LIVE:

18h00 – Abertura

Mediação: Arq. e Urb. Mônica Antonia Viana – Coordenadora CPUAT-CAU/SP
CAU/SP:

Arq. Urb. Catherine Otondo – Presidente

Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – Coordenadora CPUAT

Arq. Urb. Débora Sanches – Coordenadora Adjunta CATHIS

Arq. Urb. Ana Paula Preto – Coordenadora CTIC

Adv. Gabriela Ortega – Membro Núcleo BrCidades RMBS e Campanha Despejo Zero/Baixada Santista

18h30 – Roda de conversa com exposições e exibição de vídeos

Mediação: Arq. e Urb. Sânia Cristina Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS

1º vídeo - Litoral Norte – São Sebastião/SP – Vila Sahy

Leandro Santos – morador e liderança da comunidade da Vila Sahy, Costa Sul de São Sebastião/SP; e Fábio Chagas – Coletivo Caiçara e FACESP– Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo - *O olhar sobre a realidade da população que vivencia e sofre os impactos nas áreas de risco;*

Arq. Urb. Cristina Boggi da Silva Raffaelli – IPA (Instituto de Pesquisas Ambientais – Geociências) e UFABC – *A questão fundiária de acesso à terra urbanizada, a construção de cidades sustentáveis e o papel das políticas públicas urbanas e ambientais integradas;*

2º vídeo(s) – Guarujá – Barreira do João Guarda – Baixada Santista/SP

Geo. Fernando Rocha Nogueira – LabGRIS/UFABC – *Gestão de risco e práticas participativas para enfrentamento da crise climática a partir da mobilização social;*

Eng. Civil Ivan Carlos Maglio – Dr. em Saúde Ambiental – Pesquisador do IEA-USP – *Cidades resilientes e as vulnerabilidades socioambientais: planos de adaptação climática em âmbito estadual e municipal;*

19h40 – Debate

Acompanhamento do chat: Arq. Urb. Carolina G. Mauro Terra – Núcleo BrCidades RMBS e Conselheira Maria Isabel Paulino – CPUAT/CAU/SP

20h00 – Encerramento

Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP



CAU/Valorização Profissional/SP

Live
“As recorrentes tragédias
anunciadas nas áreas de
risco no litoral paulista”

No contexto da urbanização e das
mudanças climáticas

Dia 04/04
das 18h às 20h

No canal do youtube do CAU/SP
e do BrCidades RMBS

 **CAU/SP** Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

 **br**
cidades
rmb

Imagem - Card de divulgação da live



ABERTURA

18:00 à 18:30

Mediação: Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – Conselheira Titular CPUAT-CAU/SP
CAU/SP: Arq. Urb. Catherine Otondo – Presidente do CAU/SP
Arq. Urb. Mônica Antonia Viana - Coordenadora CPUAT
Arq. Urb. Débora Sanches - Coordenadora Adjunta CATHIS
Arq. Urb. Ana Paula Preto - Coordenadora CTIC

Núcleo BrCidades RMBS: Adv. Gabriela Ortega – Membro da Coordenação do Núcleo BrCidades RMBS e da Campanha Despejo Zero/Baixada Santista

Arq. Urb. Mônica Antonia Viana - Coordenadora CPUAT-CAU/SP

A Conselheira Mônica Viana dá início à live do CAU/SP saudando todos(as)(es) espectadores presentes. Informa que a live foi organizada pela Comissão Especial de Política Urbana, Ambiental e Territorial - CPUAT do CAU/SP, em parceria com o Núcleo BrCidades da Baixada Santista, e tem como título "As recorrentes tragédias anunciadas nas áreas de risco no litoral paulista no contexto da urbanização excludente e das mudanças climáticas". Apresenta o evento que está dividido em três etapas. Na primeira etapa, ocorre a abertura com pronunciamentos institucionais de representantes do CAU/SP e do Núcleo BrCidades RMBS com a participação da Presidente do CAU/SP, das representantes da CPUAT-CAU/SP, da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – CATHIS-CAU/SP, da CT-TIC-CAU/SP e a representante da parceria com o Núcleo BrCidades RMBS, Gabriela Ortega. Em seguida, segue-se para uma roda de conversa, onde será estabelecido um diálogo com pessoas afetadas pelo problema no território. Estarão presentes lideranças e moradores tanto da área da Vila Sahy em São Sebastião, como também da Baixada Santista, mais especificamente da área do Guarujá. Essa roda de conversa contará com a participação de especialistas convidados(as). Os primeiros convidados são Leandro Santos e Fábio Chagas que abordarão a vivência no território e o que ocorreu em São Sebastião. Além disso, participarão os(as) especialistas: a Arquiteta e Urbanista Cristina Borggi Raffaelli, que é do IPA e da Universidade Federal do ABC; o Geólogo Fernando Rocha Neto, do LabGris da Universidade Federal do ABC; e o Engenheiro civil Ivan Maglio do IEA/USP. Após essa etapa, será realizado o debate, considerado o momento mais importante, no qual os participantes poderão fazer perguntas e contribuições através do chat. A Conselheira Mônica incentiva os espectadores a compartilharem suas contribuições e questões no chat e informa que o encerramento está previsto para 20h00.

Faz uma breve apresentação sua, como Arquiteta Urbanista e professora universitária. Está atualmente na função de Coordenadora da Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial do CAU/SP, além de ser membro da Comissão de Ensino e Formação - CEF-CAU/SP. A CPUAT tem papel importante em zelar pelo planejamento territorial adequado e garantir a participação e contribuição dos arquitetos e urbanistas no planejamento, gestão e monitoramento das políticas públicas, sejam elas relacionadas ao meio urbano, ao meio ambiente e ao território nas suas diferentes escalas. Nesse sentido, é importante colocar em pauta o debate sobre as questões das recorrentes das tragédias nas áreas de risco nas cidades, no contexto do modelo de urbanização excludente e dos impactos das mudanças climáticas. Tema relevante, sendo necessário discuti-lo de forma constante,



e não apenas quando há comoção devido aos eventos ocorridos, como, por exemplo, em São Sebastião. Observamos que todos os anos, durante o período de verão, os jornais estampam as mesmas notícias sobre esses desastres socioambientais, como ocorre em âmbito nacional, no Maranhão, Ceará, Acre e atualmente no Piauí. Além das diversas tragédias que têm ocorrido aqui no estado de São Paulo, como no município de São Sebastião, especialmente na Vila Sahy, resultando em inúmeras mortes e perdas materiais. Já ocorreram dramas semelhantes em Franco da Rocha em 2022, Guarujá na Baixada Santista em 2020 e no Vale do Ribeira em 2014. É fundamental compreender que essas tragédias são resultado de uma série de fatores e são influenciadas tanto pelo modelo desigual e excludente de urbanização presente nas cidades brasileiras, inclusive na região litorânea. As mudanças climáticas também contribuem para a ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos, com impactos ampliados durante o verão. Essas tragédias denominadas "naturais" são previsíveis. Portanto, é necessário problematizar essa questão para que sejam desenvolvidas políticas públicas mais eficientes, que priorizem investimentos em áreas carentes e vulneráveis, proporcionando acesso à população à moradia digna e a terras bem localizadas, com infraestrutura, conforme previsto tanto na Constituição Federal como no Estatuto da Cidade. O direito à cidade e à moradia digna são fundamentais e devem ser garantidos. A grande desigualdade existente no país, que muitas vezes é agravada pela inércia e omissão do poder público na abordagem das causas estruturais do problema, reforça a necessidade de políticas públicas integradas e cooperativas entre os municípios e os diferentes níveis federativos, com o objetivo de construir cidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes, com habitações saudáveis e seguras para nossa população, especialmente para os mais vulneráveis e pobres.

Neste contexto, cabe fazer referência a importância da Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP, aprovada em novembro/2022, fruto de um processo coletivo que teve a participação de todas as comissões do Conselho. Esta é composta por um conjunto de princípios, objetivos, eixos temáticos com ações e diretrizes estratégicas para o território paulista, com foco principalmente na atuação profissional dos arquitetos e urbanistas. É fundamental a participação desses profissionais em equipes multidisciplinares na construção das políticas urbanas, ambientais e territoriais, a fim de reforçar a função social do arquiteto e urbanista, bem como promover a Arquitetura e o Urbanismo como política de estado. Esse modelo perverso, desigual e excludente se reflete claramente no litoral paulista, especialmente no litoral norte. Isso tem muito a ver com o modelo do turismo de veraneio e a especulação imobiliária pela construção civil, principalmente após a construção da Rio-Santos. Na época que não tinha estrada pavimentada ela era ocupada majoritariamente pelos caiçaras, pela população tradicional que foi sendo expulsa por esse modelo perverso do turismo de veraneio, pela especulação, levando essa população tradicional a morar nas áreas que são denominadas de sertão. As áreas que ficam após-rodovia são na sua maioria áreas de riscos ou passíveis de escorregamento ou de enchentes. O processo de segregação com a construção de assentamentos precários, moradias insalubres, e com grande falta de segurança, principalmente voltada a essa população que são os trabalhadores, tanto dos setores ligados ao turismo quanto da construção civil. Portanto, é importante que se problematize essa questão e que se entenda que essas tragédias podem ser evitadas; elas são previsíveis e é isso que será discutido aqui. A importância de trabalhar políticas públicas integradas e cooperadas entre os entes federativos; que



os planos diretores e leis de uso do solo sejam implantados de maneira que as políticas urbanas e ambiental sejam integradas, tanto o desenvolvimento urbano, a política habitacional, quanto a Defesa Civil. Destaca a importância de se trabalhar uma política voltada à Habitação de Interesse Social - HIS, que também garanta Assistência Técnica à população de menor renda, colocando em prática a lei de ATHIS para que se possa ter uma efetividade; garantir uma maior qualidade da área urbana e também a segurança da população.

Na sequência a palavra é passada à Arquiteta e Urbanista e Coordenadora adjunta da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - CATHIS-CAU/SP, para uma breve fala sobre as ações de fomento em ATHIS.

Arq. Urb. Débora Sanches – Coordenadora Adjunta CATHIS-CAU/SP

A Conselheira Débora Sanches inicia sua fala expressando solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos na tragédia, ressaltando que essa situação poderia ter sido evitada caso a cidade fosse justa e igualitária. Esses problemas de conflitos em função da grande segregação e desigualdade são mencionados, destacando a necessidade de planos de bairro para compreender as características locais e seus problemas, principalmente relacionados à moradia e saneamento básico. Ela menciona o exemplo do "PRI" utilizado na gestão da Marta Suplicy em São Paulo, o Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat, onde um escritório local no território é formado por uma equipe técnica multidisciplinar composta por arquitetos e urbanistas, sociólogos e assistentes sociais, que visam entender e solucionar problemas locais. Destaca a Lei de Assistência Técnica nº 11.888/2008, uma lei nacional que garante o direito à assistência técnica para a população com renda de até três salários-mínimos, englobando o desenvolvimento de projetos, acompanhamento de obras e melhorias habitacionais. Essa lei é considerada um arcabouço legal importante conquistado após décadas de lutas desde a década de 1960, no contexto da reforma urbana. Arquitetos e Urbanistas de diferentes estados lutaram pela aprovação dessa importante lei. Com base nessa lei, o CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) assegurou, em 2016, que 2% de toda arrecadação do Conselho seja destinada a ações em ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social). Essa mudança é vista como significativa e o CAU tem atuado nos diferentes estados. A partir de 2017, são organizados fomentos para patrocinar projetos e capacitação. No caso do CAU/SP, isso começou em 2021, durante esta gestão, que possui uma comissão especial e permanente. É importante ressaltar que essa ação continuará em outras gestões. Houve um aumento significativo nesses últimos dois anos, passando de dois para sete por cento nas ações em ATHIS. Foram viabilizados cerca de 56 termos de fomento, divididos entre projetos, capacitação e ações na região metropolitana de São Paulo, interior e litoral, em especial na Baixada Santista. Quase 600 arquitetos e urbanistas trabalharam nesses termos de fomento, tendo um grande alcance, sem mencionar as comunidades e a população beneficiada, assim como outros profissionais envolvidos. O fomento é um dos trabalhos desenvolvidos em parceria com outras comissões, como a CPUAT, e a Comissão de Patrimônio Cultural - CPC, entre outras. O trabalho conjunto é de extrema importância. Além disso, estão sendo estabelecidos convênios e parcerias com prefeituras, e está sendo realizado um mapeamento para compreender as ações no estado de São Paulo. Isso está sendo feito em colaboração com universidades, assessorias técnicas,



arquitetos e as próprias comunidades. Essa é uma ação em desenvolvimento, e é solicitada a colaboração de todos que puderem fornecer informações para que seja possível mapear amplamente todas as ações no estado. E sobretudo, a necessidade de desenvolver um guia de ATHIS a partir dessa parceria e convênio, que possui uma versão online para fornecer apoio. O guia de ATHIS foi elaborado especialmente para os municípios, com o objetivo de auxiliar os governantes, legisladores, gestores e servidores públicos, reunindo informações sobre a importância da ATHIS, caminhos, instrumentos e ferramentas para viabilizar sua implementação e gestão pelos órgãos públicos. Outro ponto levantado por Mônica é a questão da formação e capacitação, tanto para estudantes de Arquitetura e Urbanismo quanto para profissionais. É necessário aprender a trabalhar com ATHIS, soluções locais e processos participativos. Houve o privilégio de fomentar três projetos de residência, semelhante à residência médica em que o médico se especializa em determinada área. Estes projetos estão sendo desenvolvidos pelo Instituto Procomum, em parceria com a UNIFESP na Baixada Santista, além do Mackenzie em colaboração com a Prefeitura de Taboão da Serra e a Escola da Cidade, que estão trabalhando com populações indígenas e quilombolas. Essas três residências resultarão em avanços significativos. Já houve consulta pública para esses projetos e, em cerca de quinze dias ocorrerá a abertura de um novo edital, o nº 003/2023. Este edital terá dois lotes: um voltado para projetos de assistência técnica com foco na promoção de sustentabilidade, garantias de saúde e segurança, e outro para projetos de sensibilização, capacitação e difusão também com foco na promoção de sustentabilidade, saúde e segurança. O novo edital tem o propósito de atuar especialmente nessas áreas de risco. Agradece o convite e toda organização da live e a contribuição dos especialistas e convidados. Por fim, saúda as presidentes do CAU/SP, Catherine Otondo, e do CAU/BR, Nadia Somekh, por todo apoio na garantia do direito à cidade e na valorização da Arquitetura e Urbanismo. A Conselheira Mônica Viana agradece as contribuições de Débora Sanches, reconhecendo a importância dessa parceria e ressaltando o trabalho conjunto entre as várias comissões do CAU/SP de forma matricial. Passa a palavra à Presidente do CAU/SP, Catherine Otondo, que é Arquiteta Urbanista e professora universitária.

Arq. Urb. Catherine Otondo – Presidente do CAU/SP

A presidente Catherine agradece a iniciativa da CPUAT e demais comissões que rapidamente se organizaram para promover esse debate. Ressalta que desde que assumimos a gestão, esta é a terceira vez em que estamos abordando esse tema, tendo passado por Petrópolis, Franco da Rocha e agora pelo Litoral Norte. Destaca que temos nos dedicado a estudar e debater qual é o papel do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) nessas questões, pois é necessário compreender o nosso lugar neste debate. Catherine destaca o trabalho maravilhoso da CPUAT na articulação com o poder público e na construção de uma Agenda para CAU/SP que antes não existia, pois é a partir dessa base que poderemos tomar decisões mais precisas. No ano passado, o CAU/SP já havia firmado um termo de fomento voltado exclusivamente para áreas de risco, reconhecendo que esse problema seria recorrente e constante. Embora não esperassem uma tragédia de proporções tão imensas como a que atingiu São Sebastião, compreendem que seu papel é ser ativo e não apenas reativo. Por isso, é fundamental o trabalho contínuo das comissões de reflexão e diálogo, pois dessa



forma podem se aproximar da sociedade e ajudar na compreensão do que está acontecendo e como agir para evitar que tragédias como essa não se repitam. Catherine ressalta que, embora triste, a situação é oportuna, pois mostra que estamos atentos e não apenas isso, mas também estamos comprometidos em participar da construção de medidas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas no nosso território, que afetam principalmente as camadas menos favorecidas da sociedade. É papel dos Arquitetos e Urbanistas estarem presentes e ajudar na formulação de ocupações mais adequadas para esses territórios vulneráveis, a fim de evitar que eventos trágicos se repitam. Por fim agradece a Mônica, coordenadora da CPUAT e aos nossos convidados e a quem está assistindo a live. A Conselheira Mônica agradece as palavras de Catherine e destaca a importância da questão central levantada por ela e Débora Sanches: a necessidade de ter mais Arquitetura e Urbanismo para todos, além de uma participação mais efetiva dos Arquitetos e Urbanistas na construção de cidades sustentáveis, resilientes e mais inclusivas. E é isso que o CAU/SP tem feito um grande esforço por meio das comissões e dos editais de fomento, visando materializar essas ideias e alcançar os resultados desejados. Essa live faz parte desse processo, sendo que a intenção é aprofundar o debate e promover outros eventos ao longo do ano, pois é um assunto que deve ser discutido constantemente, não apenas em momentos de comoção, quando ocorrem tragédias. Em seguida, Mônica passa a palavra para Conselheira Ana Paula Preto, Arquiteta e Urbanista, que coordena a Comissão Temporária de Tecnologia, Informação e Comunicação - CTIC, que vai abordar a importância da aplicação das novas tecnologias na área do Urbanismo, especialmente no planejamento urbano e ambiental.

Arq. Urb. Ana Paula Preto Neves - Coordenadora CTIC-CAU/SP

Ana Paula se apresenta e agradece a CPUAT e ao CAU pelo debate tão oportuno, em que cada vez mais é importante a valorização do Arquiteto e Urbanista. Destaca a importância de sempre lembrar que somos arquitetos, mas também urbanistas. Menciona que sua atuação está focada na tecnologia e no urbanismo, e que possui uma tese de doutorado que aborda a resiliência urbana da cidade e o mapeamento de novas tecnologias. Como coordenadora da Comissão de Tecnologia do CAU/SP, tem promovido debates ao longo do último ano, não apenas em momentos de grandes tragédias, mas de forma constante, abordando as diversas frentes tecnológicas e as áreas em que é possível atuar. Atualmente, Ana Paula está localizada em São José dos Campos e faz parte de uma startup de tecnologia voltada para o mapeamento de riscos e oportunidades para o setor do agronegócio. Ela destaca que várias tecnologias estão sendo empregadas para obter um entendimento mais aprofundado do ambiente urbano, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O papel do Arquiteto e Urbanista é destacado como fundamental dentro desse cenário. As tecnologias empregadas, como as utilizadas no geoprocessamento, como topografia, fotogrametria, cartografia, sensoriamento remoto, posicionamento via satélite, geoestatística e banco de dados geográficos, assim como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) não seriam as mesmas sem o papel do Arquiteto. Ana Paula ressalta que o Arquiteto e Urbanista desempenha um papel essencial na criação de frentes de trabalho e no desenvolvimento de relatórios que permitem compreender e interpretar os dados mapeados. No contexto de sua atuação atual, Ana Paula destaca a presença do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) muito presente



nas frentes de trabalho. Ela enfatiza que, infelizmente, essa tragédia foi anunciada com antecedência, sendo possível encontrar informações nos jornais, revistas e na internet. No entanto, ressalta que existem soluções e muitas frentes tecnológicas capazes de prever essas situações e desenvolver relatórios conclusivos. Ela menciona que tanto o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) quanto o CEMADEN são referências mundiais no mapeamento geográfico em diversas áreas de estudo. Destaca a importância da interlocução entre a tecnologia e a arquitetura, especialmente em parceria com o poder público, para criar iniciativas que permitam desenvolver projetos e promover o debate. Ela ressalta que existem processos tecnológicos disponíveis, além de uma ampla gama de profissionais, como urbanistas, geógrafos, cientistas e pesquisadores, que estão aplicando suas pesquisas no Brasil com o objetivo de evitar tais tragédias. Por fim, agradece o convite e coloca a CTIC a disposição para que possamos promover e aprofundar esse debate de forma integrada entre as comissões.

A Conselheira Mônica destaca o esforço coletivo realizado para trabalhar de forma integrada e matricial entre as comissões do CAU/SP. Menciona que a Agenda Urbana Ambiental para o Território Paulista contou com a contribuição de todas as comissões, sejam elas ordinárias, especiais ou temporárias, visando a valorização profissional dos arquitetos e urbanistas e garantir a efetividade do trabalho e alcançar a sociedade, especialmente aqueles que mais necessitam. Reconhece e agradece a todos(as) que colaboraram na organização do evento, tanto do CAU/SP quanto do BrCidades da Baixada Santista e do BrCidades Nacional, representado pelo colega Celso Carvalho. Em seguida, dá as boas-vindas à representante do Núcleo do BrCidades da Baixada Santista, Gabriela Ortega, advogada integrante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap) e da campanha nacional "Despejo Zero", em especial da Baixada Santista. Mônica expressa sua satisfação com essa parceria e ressalta que essa é apenas a primeira etapa de um trabalho conjunto que pretendemos desenvolver. Seja bem-vinda!

Adv. Gabriela Ortega – Membro da Coordenação do Núcleo BrCidades RMBS e da Campanha Despejo Zero/Baixada Santista

Gabriela Ortega, advogada popular, apresenta-se como integrante do núcleo regional do BrCidades na Baixada Santista, com atuação nas comunidades e territórios da região. Ela saúda todos os convidados e convidadas, especialmente os moradores atingidos por essa tragédia, bem como destaca a luta constante de Fábio Júnior, companheiro de uma ocupação nas encostas de morro da região. Explica que o Núcleo BrCidades da Baixada Santista foi criado em 2019 a partir de uma proposta do Fórum Social da Baixada Santista. O núcleo está alinhado com a Agenda Urbana do BrCidades e com as propostas do Fórum Social, e sistematizou uma Agenda mínima regional composta por cinco grandes eixos: Direito à Moradia e Defesa dos Territórios Populares, Direito à Mobilidade Eficiente e de Qualidade, Direito ao Meio Ambiente, Direito ao Desenvolvimento Urbano Regional Inclusivo e Integrado e Direito à Gestão Democrática da Cidade e da Região. Essa Agenda mínima é pautada pela defesa dos direitos humanos, especialmente das populações mais vulneráveis. Gabriela ressalta que, no âmbito das legislações urbanísticas, o núcleo já promoveu diversas discussões, teses e ações de incidência, com foco no plano diretor e na lei de uso e ocupação do solo de Santos. Além disso, foi realizado um curso na Câmara Municipal de Santos para aprofundar o entendimento e abordar essas legislações. Em constante diálogo com a sociedade e



as comunidades, o núcleo regional do BrCidades realizou um ciclo de debates intitulado "Conversa Cidadã Célio Nori", em homenagem a Célio Nori, membro da coordenação do núcleo e do Fórum da Cidadania, que faleceu de Covid em 2021. Esses debates abordaram três temas distintos e contaram com a participação de convidados e debatedores de diversas áreas, incluindo acadêmicos, mas priorizando a presença de moradores das comunidades e territórios. Essa abordagem visa garantir a troca de informações e conhecimentos, bem como promover a construção coletiva e horizontal. Uma atuação destacada do núcleo regional é a participação na campanha "Despejo Zero", que nasceu com o objetivo de denunciar e suspender os despejos que ocorreram de forma recorrente durante a pandemia. No entanto, ao longo de dois anos, a campanha se ampliou, passando a discutir e reivindicar políticas habitacionais. Nesse sentido, as políticas habitacionais serão abordadas e debatidas no contexto da tragédia recente, denominada pelos moradores do litoral norte como um crime, denominação com a qual infelizmente é preciso concordar. As tragédias mais recentes ocorreram em 2020, afetando especialmente Guarujá, Santos e São Sebastião, resultando em um elevado número de mortos, famílias desabrigadas e imóveis interditados. Depois de três anos desde as tragédias, as 470 famílias que perderam suas casas continuam recebendo um auxílio de aluguel no valor de R\$ 600, porém sem uma solução definitiva para o problema habitacional. É importante ressaltar que, devido à falta de planejamento habitacional na região, esse valor não é suficiente para cobrir o custo do aluguel. Para morar em uma casa de madeira sobre palafitas ou em um quarto de cortiço, os aluguéis variam de R\$ 800 a R\$ 1.000. Isso leva a uma consequência óbvia e lamentável: essas famílias acabam retornando para áreas de risco. Embora a prefeitura tenha investido milhões em obras de contenção, que são urgentes e necessárias, não há um investimento em políticas habitacionais de médio e longo prazo. Ao deixar essas famílias mais pobres dependendo de um auxílio por anos, sem uma solução definitiva, elas são empurradas de volta para encostas de morro, palafitas e outras áreas que também representam riscos à vida. Isso é uma clara afronta à dignidade humana. Em nome da advocacia popular e do Núcleo do BrCidades da Baixada Santista, expressa sua solidariedade aos moradores do litoral norte. Ressalta a importância da luta popular organizada e do apoio de redes como o BrCidades, o CAU e outras organizações e entidades, para evitar que tragédias como essa se repitam. Por fim, agradece o convite e se coloca à disposição. A Conselheira Mônica agradece e destaca o rico material do Núcleo BrCidades RMBS para quem tiver interesse, segue o acesso ao site: <https://sites.google.com/view/brcidadesrmb>. Faz referência também a importância Agenda Urbana e Ambiental do CAU/SP e seus 08 eixos e informa o link de acesso: <https://causp.gov.br/cau-sp-conheca-a-agenda-urbana-e-ambiental/>, como também sobre os Ciclos de Debates sobre a Política Urbana, Ambiental e Territorial promovidos pela CPUAT-CAU/SP anualmente. Finaliza a abertura, passando palavra para Sânia Cristina Dias Baptista do Núcleo BrCidades da Baixada Santista, que vai mediar a segunda parte da live, fazendo uma breve apresentação: Sânia é arquiteta e urbanista, especialista em planejamento urbano e regional e com uma vasta experiência na área, em especial na Emplasa.



RODA DE CONVERSA COM EXPOSIÇÕES E EXIBIÇÃO DE VÍDEOS

18h30 à 19h35

Mediação:

Arq. Urb. Sânia Dias Baptista – Núcleo BrCidades RMBS

Expositores(as): convidados(as)

Leandro Santos – Liderança da Comunidade Vila Sahy

Historiador Fábio Chagas - Coletivo Caiçara e FACESP

Arq. Urb. Cristina Boggi da Silva Raffaelli – IPA e UFABC

Geólogo Fernando Rocha Nogueira – LabGRIS/UFABC

Eng. Civil Ivan Carlos Maglio - Dr. em Saúde Ambiental – Pesquisador do IEA-USP

A arq. Urb. Sânia Baptista agradece e faz sua descrição, solicitando a seguir a transmissão do primeiro vídeo que foi gravado por uma liderança local sobre a tragédia-crime que ocorreu em São Sebastião. Depois da apresentação do vídeo passa a palavra para morador Leandro Santos da Vila Sahy.

1º vídeo: Litoral Norte/SP, São Sebastião, Vila Shay

Eduardo Camilo - Liderança local, denomina como tragédia-crime os desastres ocorridos no carnaval de 2023, nos dias 18 e 19 de fevereiro, que acabaram por ceifar a vida de 65 pessoas em São Sebastião. Portanto, classificamos como uma tragédia-crime que tem culpados, o sistema capitalista que de forma predatória destrói a natureza, acelera as mudanças climáticas do nosso planeta, a especulação imobiliária e a desigualdade social e, principalmente a expansão imobiliária que reserva as melhores áreas para os mais ricos, o que na forma de um racismo ambiental, acaba por expulsar a população mais pobre, o trabalhador migrante que veio trabalhar nas obras, que é obrigada a se instalar nas áreas de morros, sujeitas a deslizamentos ou em áreas de várzeas sujeitas a inundações. Essa população, que é a mesma que trabalha na construção civil e prestando serviços aos donos dos imóveis de veraneio, é a que mais sofre com essa tragédia-crime.

Leandro Santos – Morador e liderança da comunidade da Vila Sahy, Costa Sul de São Sebastião/SP

Leandro Santos que se autodenomina como Nego Leo é representante da comunidade, que foi duramente atingida pela tragédia-crime, assim também denominada por ele. Considera que o ocorrido tem base na omissão dos governos desde antes do acontecido, pela falta de políticas públicas locais de implantação de regularização fundiária na nossa comunidade que pudessem atender a população, na sua maioria trabalhadores nordestinos, que vieram para se empregar na construção civil e hoje atuam como empregados domésticos na manutenção e limpeza dos grandes condomínios. Essa é a base da nossa comunidade, trabalhadores nordestinos, e ficamos muitos impactados quando alguns nos chamam de invasores, mas o pessoal aqui nunca invadiu e sim conseguiu conquistar a sua terra, a sua propriedade por meio de muito trabalho. Foram os nossos que foram enterrados, soterrados nesse deslizamento. Portanto, o motivo da luta é sério e focado em pautas que não podem ser esquecidas pela vida dos moradores e não apenas pelas propriedades que foram abaixo, o sangue da nossa comunidade que foi derramado e ainda continua por aqui,



apesar dos meses decorridos. É chocante o cenário. Quando saímos as ruas ainda vemos esses sinais das cenas de horror que nunca saíram das nossas mentes. Cenas tenebrosas de recordar, vividas por quem teve que retirar suas famílias, amigos e filhos dos escombros muitas vezes sem vida. Nós continuamos buscando justiça depois dessa tragédia-crime que já estava anunciada, tanto pela previsão de chuvas, quanto pelos laudos do Ministério Público de mais de dois anos que já apontavam os riscos existentes nessas áreas. Nós da classe baixa continuamos aqui à mercê dos próximos deslizamentos. Toda vez que vem uma chuva forte e um trovão eu fico horrorizado, com medo do deslizamento, todas as noites. Estamos na luta apesar de todo sofrimento que ainda estamos passando com todo esse descaso de todos os governantes, atuais e antecessores. Se as devidas providências tivesse ocorrido muitas vidas teriam sido poupadas. Informa que no dia 19/4 faremos mais uma manifestação na frente da prefeitura de São Sebastião para que essa tragédia-crime não seja esquecida e nunca mais se repita. Várias entidades e também com apoio de alguns partidos políticos estarão desde o início da manhã nos manifestando e solicitando uma reunião com as autoridades. Outras tragédias como essa não podem se repetir em nenhuma região.

Historiador Fábio Chagas - Coletivo Caiçara e FACESP - Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo

Fábio agradece o convite, se descreve e apresenta o Coletivo Caiçara como a grande entidade de ponta nessa luta, falando como militante da luta popular vinculado a essa entidade e a FACESP. Descreve a tragédia-crime pelo ângulo da luta popular e não como acadêmico: houve uma tragédia, mas vidas não precisavam ser perdidas, por isso houve também um crime. Há mais de vinte anos existem projetos de intervenção no território, principalmente na comunidade, mas há um lobby dos condomínios de luxo que pressionam as sucessivas prefeituras para que não se construam habitações populares juntos aos condomínios. Há também uma pressão do mercado imobiliário que entende que pobres e moradias populares iriam desvalorizar esses imóveis. O município de São Sebastião é muito rico, recebe muitos royalties e tem um orçamento anual de 1 bilhão e quatrocentos milhões de reais. Desse modo, se as vidas foram perdidas e se os bens foram perdidos temos que chamar de crime.

Depois do ocorrido, um setor da população nos procurou para ajudar a travar uma luta política na região, em uma região que não tem tradição de luta social e popular. Isso foi um desafio enorme, tivemos vários dias na comunidade com muitas dificuldades e chuvas ameaçadoras. Tivemos que sair várias vezes, mas enfim, no dia 11/03, conseguimos realizar uma grande manifestação política, vitoriosíssima a nosso ver. Tudo que se conseguiu depois foi resultado desse grito da comunidade do Sahy, inaugurando uma nova fase da luta política e social no Litoral Norte, agora contada também pelas lutas sociais e populares, a falta de tradição de lutas populares no litoral norte, mas também a atual ausência de qualquer cacoete democrático das forças políticas instituídas nos governos, dificultam muito tudo isso. Só para ilustrar devo lembrar que enquanto as famílias estavam abrigadas em uma escola o prefeito foi fazer um churrasco, esbanjando recursos e tratando todo mundo com arrogância e inclusive deixando a sujeira quando foi embora. No dia da manifestação, a menos de cinco metros o prefeito organizou uma festa para sabotar a manifestação democrática, como se reivindicar fosse algo a ser escondido e jogado para debaixo do tapete. A nosso ver isso mostra a necessidade de enfrentar a questão de que as cidades são, mais do que nunca, um palco



de disputa que pode ser explicitada no antagonismo entre capital/trabalho, nas forças econômicas poderosas e no conjunto da classe trabalhadora que acaba passiva ante essas políticas ou antipolíticas urbanas criminosas desses governos. Nesse sentido é importante destacar a atualidade desse conflito capital/trabalho, da luta de classes que muitos acadêmicos querem jogar para baixo do tapete. Isso nos mostra que a democracia brasileira precisa de muitos aperfeiçoamentos, mas que no caso de São Sebastião, desnudou para nós esses setores da sociedade, pessoas que chamamos de elite, que detêm o capital e que se sucedem há 500 anos no poder, sem qualquer espírito democrático. No litoral norte foi quase que a fórceps que cavamos nessa luta política que essas rodas de negociações e abertura de comissões começaram a acontecer, mostrando a atualidade do conflito capital/trabalho. A necessidade do aperfeiçoamento da democracia se faz urgente no Brasil e esse projeto de sociedade catastrófico precisa ser profundamente e radicalmente democratizado, senão talvez não tenhamos saída, nem a curto prazo. Por fim, Fabio agradece e se coloca à disposição para o debate. Sânia agradece e comenta que as cidades são o rebatimento espacial das nossas desigualdades sociais e essa região do litoral norte é claramente isso. A seguir apresenta e passa a palavra para a próxima palestrante.

Arq. e Urb. Cristina Boggi da Silva Raffaelli - Instituto de Pesquisas Ambientais – Geociências - IPA e UFABC – A questão Fundiária de acesso à terra urbanizada, a construção de Cidades Sustentáveis e o papel das Políticas públicas urbanas e ambientais integradas.

Cristina agradece e parabeniza o CAU/SP e, após se descrever, comenta a força dos depoimentos anteriores que foram repletos de emoções pelas perdas sofridas e afirma que nesse contexto qualquer depoimento técnico parece pequeno. Mas enquanto profissional de Arquitetura e Urbanismo acha importante reforçar o desastre da perda de tantas vidas, lembrando que o desastre é resultado de muitas “faltas”: a falta de uma cidade justa, a falta de moradia, a falta de saneamento, de renda, de regularização fundiária; tudo isso na verdade é transversal ao nosso trabalho de Arquiteto e Urbanista e temos a obrigação de colaborar para mudar essa situação. Vendo o CAU como é hoje vemos que essas mudanças são possíveis, temos que debater como acreditamos que as cidades devem ser.

Em seguida passa a utilizar o apoio de uma apresentação em slides para falar de “Planejamento, Processos comunitários contínuos e de Políticas públicas urbanas e ambientais Integradas”. No planejamento é importante citar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC - Lei Federal 12.608/2012), que foi lançada após grandes desastres como o do Rio de Janeiro, São Luiz do Paraitinga e de Minas Gerais. Essa lei, pela primeira vez busca fazer a interface entre a prevenção dos riscos e a legislação municipal, fala do monitoramento principalmente das áreas suscetíveis a riscos. A cidade tem um crescimento contínuo que tanto pode ser sustentável ou pode criar novas situações de risco.

Em um estudo das áreas suscetíveis em nove cidades do Estado de São Paulo, podemos ver a Vila Sahy classificada como suscetível a deslizamentos na Carta de Suscetibilidade de São Sebastião. As informações existem, cartas de risco, mapeamento de áreas de risco e outros diversos registros da situação urbana. É necessário que os municípios levem tudo isso em conta para o ordenamento do território de seus municípios. Não adianta ter a informação e não a utilizar. O município de Ubatuba,



nos últimos 10 anos, cresceu em grande parte em áreas muito propensas a escorregamentos ou inundações. Iguape também cresce sobre áreas de alta suscetibilidade a inundação.

Cartas Geotécnicas (Perigo, suscetibilidade e Aptidão) e Cartas de riscos geológicos e hidrológicos devem ser incorporados à legislação urbanística municipal e nas práticas de planejamento e de gestão pública. Desde 2012 já está previsto que o município inscrito no cadastro terá acesso a recursos federais para elaborar as Cartas de Aptidão à Urbanização, mas infelizmente, no Estado de São Paulo, temos apenas 13 cartas desse tipo.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil interfere em várias leis, e recomenda que o Plano Diretor dos Municípios deve conter: o Mapeamento das áreas suscetíveis, a Carta de Aptidão à Urbanização e a Carta de Riscos. Os Mapeamentos e Cartas de riscos geológicos e hidrológicos devem ser incorporadas à legislação urbanística municipal e nas práticas de planejamento e de gestão pública, assim como o Monitoramento da ocupação em áreas suscetíveis para os municípios integrantes do cadastro nacional conforme o Decreto 10.692/2021.

A Carta de aptidão é de vital importância para nós, profissionais da área do Urbanismo, pois ela traz informações claras sobre como a cidade pode crescer de forma mais sustentável, como podem ser realizados loteamentos e regularizações de maneira mais segura, é um instrumento que pode trazer, de forma inequívoca, mais segurança ao crescimento das cidades. Ela é um instrumento básico de planejamento urbano de cunho preventivo e deve subsidiar as revisões dos Planos Diretores e das Leis de Uso e Ocupação do Solo. Fornece requisitos para aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos, além de subsidiar os instrumentos de gestão territorial com o objetivo de evitar a formação de novas áreas de risco e prevenir novos desastres.

Infelizmente no nosso litoral somente o município de Praia Grande possui essa carta de aptidão, um município que pela sua conformação física possui algumas áreas aptas a ocupação, diferentemente dos municípios do Litoral Norte que tem um território muito mais difícil de ser ocupado de forma segura.

O Estatuto da Cidade que trata da gestão democrática das cidades, ou seja, da justa distribuição dos ônus e bônus no processo de urbanização e do Direito a cidades sustentáveis, à moradia, à infraestrutura urbana e serviços públicos, quando revisado pela PNPDEC coloca a questão das áreas suscetíveis e trata do Cadastro nacional de municípios críticos com áreas suscetíveis. Infelizmente apesar das leis existirem esses objetivos acabam por não se efetivar.

Após o Estatuto da Metrópole, a EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento do Estado de São Paulo, encabeçou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados - PDUIs das regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Esses PDUIs possuíam as orientações para o ordenamento territorial dessas Regiões Metropolitanas, considerando de maneira integrada a prevenção e gestão de riscos, habitação, mobilidade, meio ambiente. Com a extinção da EMPLASA, que encerrou suas atividades no dia 05/10/2019, o que considero um crime, tudo isso ficou parado. É preciso retomar os PDUIs e o Planejamento Regional. Aliás, nessa época, a CDHU quase fechou também.

A Lei de Regularização Fundiária, nº 13.465/2017, também revisada pela Política Nacional de Defesa Civil, também estabelece em Reurb-S que cabe ao município a responsabilidade pelo projeto de regularização e implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial (Artigos 13, §5º e 33, Lei 13.465/17). Caracterização riscos e outras desconformidades.



A Lei Federal de parcelamento do solo, conhecida como Lei Lehmann (nº 6.766/1979), após revisão pelo PNPDEC, passa a incluir no seu Art. 12, § 2 que, nos municípios inseridos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis, a aprovação do projeto de loteamento e desmembramento fica vinculada a carta geotécnica de aptidão à urbanização; ficando vedada a aprovação em áreas de risco definidas como não edificáveis.

Como trabalhar todas essas leis de planejamento nessa cidade real como profissionais de Arquitetura e Urbanismo? Temos a luta de trazer esse contexto da cidade real para os municípios: O Plano Diretor e o Zoneamento desconsideram o meio físico, o difícil acesso à terra urbanizada e segura por meio das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e a redução da produção de habitação social.

É nesse contexto que a expansão da ocupação vem ocorrendo em áreas suscetíveis (encostas e margens de rios), sem infraestrutura, com cortes e aterros precários e em ZEIS situadas em áreas não aptas. As imagens da Vila Sahy são dessa cidade real. Houve índices muito altos de precipitação, mas a cidade estava crescendo em áreas suscetíveis também.

Assim coloco nosso desafio de aproveitar essa retomada do planejamento, principalmente no Governo Federal e integrar políticas e projetos estruturantes “antes do desastre”. Certamente estamos vindo de um contexto anterior muito ruim que tem contribuído para o aumento da ocupação urbana em áreas inadequadas, mas temos que aproveitar a atual retomada de agendas do Planejamento Urbano, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; da Produção de Habitação pelo Programa Minha Casa Minha Vida, pela CDHU, pelas Prefeituras em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS. Pela retomada dos programas de Urbanização de Favelas e de Regularização como políticas estruturante do atendimento habitacional e principalmente, pela recriação do Ministério das Cidades e sua nova Secretaria Nacional de Políticas para os Territórios Periféricos, com seu Departamento de Regularização, Urbanização Integrada e Qualificação de Territórios Periféricos, com o Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos. A Mitigação necessita considerar ações estruturais e não estruturais comunitárias: o alto salvamento comunitário integrado a uma rede de apoio local nos períodos críticos.

O risco é transversal a todo nosso trabalho, portanto ele está sempre presente para que possamos pensar na prevenção desse risco. Temos que refletir como as comunidades devem agir numa situação dessas, como se estruturam os trabalhos, como se pode criar Sistemas de Alerta. Como a população age com o alerta. Todo trabalho de convivência com o risco, de identificação das mitigações dos riscos e da reconstrução depois do ocorrido, mas principalmente, dá ênfase na prevenção para que tragédias como essa não se repitam. Agradece a oportunidade. Sânia agradece as contribuições e solicita a apresentação do vídeo da Barreira do João Guarda no Guarujá, na Baixada Santista.

2º vídeo - Guarujá – Barreira do João Guarda – Baixada Santista/SP (Arq. Urb. Carlos Silva)

Arq. Urb. Carlos apresenta a situação atual na área da Barreira do João Guarda, no Guarujá, onde mais de 20 vidas foram perdidas nas chuvas de março de 2020. Em conjunto com uma liderança local, mostra os locais onde estão previstas obras e como a população busca se prevenir com a instalação de comportas ou mesmo construindo em níveis mais altos. Explica as obras previstas para



a comunidade e aponta os grandes estragos ainda visíveis mesmo após três anos do ocorrido. Aponta também a necessidade de monitoramento dos impactos da grande circulação de veículos pesados em uma área de solo tão instável e suscetível a inundações e movimentos (membros da comunidade agradecem, afirmando ser a primeira vez que recebem explicações sobre os projetos de intervenção na área e demonstram o desejo de incluir a comunidade no circuito turístico da cidade. Pelo que se pode observar somente agora, três anos depois da tragédia é que o Poder Público está efetivamente tomando as providências necessárias. Segundo Biro, liderança local, o poder público não dialogou com a comunidade e não deu explicações sobre a forma que iriam acontecer as intervenções, afirma que só conheceu o projeto pela apresentação e explicações do arquiteto Carlos e afirma que a comunidade tem muita expectativa a respeito das obras, esperando que a área não se torne mais um “mar de lama” nos dias de chuva “a cada chuva perdemos tudo e temos que comprar tudo de novo”, pois são muitos transtornos. Vamos acompanhar essas obras até o final com a ajuda de vocês. Parabeniza a iniciativa.

3º vídeo – Santos – Arquimedes, liderança do Monte Serrat/Baixada Santista

Arq. Urb. Sânia anuncia que vamos ver outro vídeo feito pelo Arquimedes, liderança do Monte Serrat, onde a comunidade está reclamando das obras que estão sendo executadas. Destaca que pelo que se sabe pela imprensa, a maior parte dos recursos destinados ao enfrentamento dos riscos (69%) são gastos em obras de recuperação depois da tragédia, e não na prevenção.

O Monte Serrat tem encostas com um histórico assustador de deslizamentos, sendo que o mais conhecido deve ser o de 1928 e o mais recente o de 2020, com 21 pontos de deslizamento. Três anos depois o que verificamos é que as empresas que ganharam a licitação dessas obras de “emergência” ainda não realizam essas obras e elas contratam outras empresas para realizá-las. Aponta a ausência de um trabalho de educação, visto que a construção de moradias que se expandiram em grande volume nas décadas de 1960 a 1970 de forma irregular, inicialmente construídas com madeira e alvenaria. Essa ocupação é precária e torna a cidade mais perigosa, principalmente nas periferias.

Geo. Fernando Rocha Nogueira - LabGRIS/UFABC – Gestão de risco e práticas participativas para enfrentamento da crise climática a partir da mobilização social

A seguir a mediadora passa a palavra para geólogo Fernando Nogueira. Este destaca que o risco que estamos convivendo cada vez com mais intensidade é um layer da cidade, é uma expressão das disfunções, dos problemas e dos erros da cidade. Portanto, nós precisamos incorporar a leitura de risco como prática urbanística. Comenta que aprendeu muito isso na década 90 com os Arquitetos que mostraram que a leitura dos riscos não é uma questão “natural”, mas sim, é resultado dessa forma de desenvolvimento que foi “escolhida” para as nossas cidades - mesmo que não tenhamos participado diretamente das decisões - as formas de desenvolvimento vão construindo esses riscos e esses viram desastres. Nós acumulamos uma história relativamente recente da gestão de riscos no Brasil. Tivemos uma experiência muito boa nos morros de Santos, coordenada brilhantemente pela Geóloga Cassandra Maroni Munes, quando já percebíamos que esses elementos da exclusão determinam os piores lugares para as populações com mais dificuldade para enfrentar os riscos. Muito tempo passou, tivemos evolução, construímos instrumentos, mas vivemos um tempo



absolutamente diferente daquele e este momento é dramático, considerando que estamos absolutamente despreparados para enfrentá-lo, pois vivemos uma enorme crise climática. Assim como esse ano choveu 930 mm na Barra do Sahy, o ano passado choveu 600mm lá na Ponta Negra em Parati onde estamos começando um projeto junto à comunidade financiado pelo CAU/BR. No final de março, fomos até a área discutir com a comunidade um caminho para enfrentar essa condição e esse caminho passa principalmente pela necessidade de superar a maior vulnerabilidade maior que temos, que é o conhecimento do território, não o nosso conhecimento dos técnicos, mas o conhecimento e o reconhecimento da comunidade sobre seu próprio território. Esse é o primeiro e fundamental caminho que nós temos que investir, a necessidade de reconhecer cada vez mais o nosso território enquanto cidadão e enquanto morador. Em segundo lugar precisamos estar preparados para viver momentos emergenciais.

Então, esse projeto da Ponta Negra que é um dos locais mais dramáticos da exclusão e do desastre do litoral, só para chegar lá você tem que pegar uma van e ser deslocado por aquela excrescência urbana e territorial que é o condomínio de alto luxo de Laranjeiras, onde você não pode descer da van, até chegar a um “chiqueirinho” onde você pega o barco para a Ponta Negra.

Foram essas formas de apropriação do território que construíram historicamente os desastres que estamos vivendo. Esse entendimento nos leva a perceber que pensar em solução das questões de risco significa discutir a questão fundiária de maneira importante, não basta apenas ficar apontando soluções de tecnologia, mas é fundamental discutir a questão fundiária do ponto de vista estrutural e tentar mudar a forma perversa como a indústria do turismo e os condomínios construíram ao longo de todo o litoral, excluindo a população dos trabalhadores para as encostas e lugares perigosos. Para mudar tudo isso temos que focar a questão fundiária com a revisão dessas formas de ocupação absolutamente segregacionistas e absurdas que desde a construção da Rio-Santos vem transformando esses lugares em guetos distintos e inacessíveis. Em segundo lugar, nessa enorme crise climática que vivemos, com a potencialidade de chuvas absurdas como essa que ocorre no Sahy, temos que desenvolver um enorme trabalho de organização de Planos de Emergência, junto com as comunidades, tal como acontecia em Santos, nos velhos tempos, com toda a população mobilizada e sabendo dos procedimentos de busca pelos lugares seguros. Organizar Planos Comunitários de Defesa Civil em cada um dos lugares críticos é fundamental e emergente. As atividades do CAU que tiverem associação com qualquer uma dessas comunidades, precisam trabalhar na lógica de organizar procedimentos comunitários de emergência que possam garantir segurança, considerando que com esses volumes de chuva não há como a Defesa civil chegar a tempo. Portanto, é fundamental que a própria comunidade monitore a situação, aprenda a se comunicar e buscar informações meteorológicas junto ao CEMADEM. Esses comportamentos com base no conhecimento e ação da comunidade são a principal forma de superarmos essa vulnerabilidade, tanto pelo conhecimento do território, como pela organização de procedimentos, mas, principalmente, pelo protagonismo.

Resiliência é protagonismo. As comunidades necessitam protagonizar sua própria defesa, sem isso não teremos como prevenir esses grandes desastres. Portanto, nós temos que repensar nossos instrumentos de gestão de risco nessa conjuntura de crise, uma chuva de 900 mm geraria impactos brutais em quase qualquer lugar. Essa leitura precisamos ir trabalhando, pois estamos em um momento bastante dramático para simplesmente buscar formas normativas ou regras



simplesmente, embora elas sejam importantes. É necessário o conhecimento do território e a organização de procedimentos emergenciais. Nesse projeto financiado pelo CAU/BR, vamos construir com a comunidade uma Carta de Aptidão a Urbanização, procurar lugares em que o risco possa ser mitigado e organizar juntos os procedimentos emergenciais. São metodologias bastante simples e diretas, mas que podem desenhar as prioridades nesse momento de crise, antes que o próximo período de chuva nos traga novas tragédias. Precisamos organizar uma ampla discussão multiprofissional, multisetorial e o CAU pode ter um importante papel nessa organização.

Eng. Civil Ivan Carlos Maglio - Dr. em Saúde Ambiental – Pesquisador do IEA-USP e do LabVerde da FAUSUSP – Cidades Resilientes e as Vulnerabilidades Socioambientais: planos de adaptação climática em âmbito estadual e municipal

A mediadora Sânia passa a palavra para o último expositor, fazendo uma breve apresentação sobre o convidado. Ivan inicia sua fala fazendo uma breve descrição e faz uso de uma apresentação em slides para nortear sua exposição. Ele considera muito importante tratar as consequências da crise climática nas cidades e a inserção de medidas de adaptação e mitigação aos impactos dos riscos e impactos climáticos no contexto do planejamento urbano, conforme orientam as diretrizes da Conferência Habitat III da ONU. Nós estamos em crise climática, como podemos observar nas conclusões do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas publicado em agosto de 2021, que confirma que o aumento de 1,5 grau centígrado na temperatura média será alcançado em 2040, e que mesmo no cenário com menores emissões de gases de efeito estufa essa média chegará a 1,6 graus centígrados entre 2041 e 2060, apenas voltando a 1,4 em 2100 sendo que para isso seria necessário zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050.

Portanto, como prevê o relatório os eventos extremos continuarão a ocorrer impactos nas cidades e tragédias como a ocorrida em São Sebastião em fevereiro 2023, que causam inundações, escorregamento e secas, infelizmente com perdas humanas e materiais. Nesse sentido as cidades brasileiras devem reduzir suas emissões de CO2 que ampliam o risco de aquecimento global, mas isso já encontra as cidades brasileiras com uma enorme vulnerabilidade social e ambiental, e são os locais com maior vulnerabilidade que vão sofrer os efeitos mais perversos dessa crise anunciada. Infelizmente, esse foi o caso do evento de uma chuva extrema como ocorreu na costa sul de São Sebastião.

O relatório do IPCC em 2021 confirma essa tendência de crise, assim como, os próprios eventos extremos tanto de chuva quanto de seca, e a previsão é que até 2030 é que outra grande seca pode ocorrer, apesar de estarmos agora com os reservatórios cheios, devido ao último verão ter sido extremamente chuvoso e com eventos acima de 100 mm e 200 mm de chuva que ocorreram muitas vezes, e o extremo de 600 mm em poucas horas na madrugada de 23 de fevereiro em São Sebastião. O último relatório síntese de 2023 do IPCC da ONU lançado agora em abril de 2023 mostrou um dado muito importante: que existe uma janela de tempo, mas ela vai acabar, essa janela é agora, e temos que fazer a lição de casa, e que nossa capacidade de adaptação tem limites, ou seja, se não reduzirmos essas vulnerabilidades sociais e ambientais não há como evitar certas tragédias, e estamos à beira desse limite.



As cidades precisam então se adaptar, o que e como fazer? Aqui já muito se falou da necessidade de melhor conhecermos o território, bem como das suas características ambientais e das vulnerabilidades sociais da população, como no caso de São Sebastião. Ou gerenciamos esses riscos e aumentamos a resiliência do meio urbano, melhorando as cidades, evitando a ocupação de encostas, protegendo as matas, ou seja, criando condições mais favoráveis para melhor enfrentar esses desastres. Para isso precisamos gerenciar esses riscos, criar condições favoráveis para evitá-los ou minimizá-los, para as cidades serem mais resilientes.

Utilizando o exemplo da cidade de São Paulo, que no momento está em processo de revisão do seu Plano Diretor Estratégico, podemos ver o absurdo da dissociação entre o planejamento urbano e a questão climática, como demonstra uma série de enormes conflitos entre o Plano Diretor elaborado em 2014 e o Plano de Ação Climática lançado em 2021. Apesar das boas possibilidades para o mercado financeiro e imobiliário, as transformação urbana mediante incentivos ao adensamento populacional e verticalização construtiva, estas acabam também eliminando vegetação e a permeabilidade, como pudemos observar nas recentes inundações em Moema, região com o maior PIB de SP, onde ocorreu inundações com morte e perdas materiais em apenas quatro horas de chuva de cerca de 70 mm, que apesar de ser intensa não é de grande porte nesse novo contexto climático e poderão acontecer com muita frequência. Esses volumes vão acontecer com uma frequência anual, enquanto chuvas acima de 200 mm (200 mm de altura de água em uma área de um metro quadrado) em poucas horas também vão acontecer com maior frequência a cada 3 a 5 anos causando muitos riscos de inundações e escorregamentos. Daí a importância de se mensurar e conhecer melhor esses prognósticos futuros para que haja maior e mais rápidas medidas de prevenção e gestão dos riscos que poderão causar.

Ainda utilizando o caso de São Paulo, como exemplo, verificamos por um levantamento do IPT realizado em 2010 que existem 407 áreas de risco de deslizamento envolvendo 150 mil pessoas e 700 pontos de inundação. E isso não está tratado no Plano Diretor Estratégico de 2014 e também não está na revisão o que fazer para mitigar e agir sobre as áreas mais críticas em termos de vulnerabilidade socioambiental. Outra questão relacionada é a necessidade de garantir o provimento habitacional para reassentar as pessoas que já moram em situações bastante críticas no município de São Paulo e que possui um déficit 500 mil moradias. Com esse planejamento desconectado das questões climáticas, ambientais, da sustentabilidade e da resiliência urbana, esses eventos e suas consequências só vão se agravar.

Destaca a Agenda de Gestão de Risco e a Agenda de Adaptação e Resiliência à Mudança Climática e que precisamos unir essas duas coisas. Uma pesquisa com 1063 agentes da defesa civil no Brasil, coordenada por MARCHESINI mostrou que os próprios agentes da defesa civil não têm informações suficientes sobre o que fazer em determinadas situações. Portanto, é necessária muita capacitação desses profissionais que atuam na linha de frente na gestão dos riscos. Esse documento recomendou a criação de um Plano Nacional conjunto entre gestão de risco e na adaptação das cidades à mudança climática e no aumento da resiliência com áreas verdes e soluções de engenharia, para fortalecer capacidades de planejamento no nível municipal. Precisamos engajar a sociedade civil para combater a desinformação e colocá-la nos processos de gestão para atuar junto com a defesa civil e os órgãos técnicos como o CEMADEN - Centro de Monitoramento Nacional de Desastres Naturais.



Segundo o Diagnóstico do Sistema de Monitoramento de Risco Climático no Brasil, realizado pelo CEMADEN há uma cobertura ineficiente dos radares que vivem em manutenção, embora existam 3500 estações distribuídas pelo Brasil, pois 30% estão inoperantes e há uma baixa capacidade/velocidade de manutenção. Ainda há um tempo muito longo entre a identificação da ocorrência dos eventos pelo CEMADEN, e os avisos, e o uso de equipamentos como sirenes e treinamento para orientar as pessoas a tempo de se proteger, indicando para onde ir, criando pontos seguros em relação aos riscos de escorregamentos e inundações.

No caso de São Sebastião o aviso do risco iminente chegou na quarta-feira e na quinta já foram feitas reuniões com as defesas civis estadual e municipal. O problema é que a partir daí houve um evento extremo com 3 vezes acima do volume de chuvas de 200 mm previsto, o que já era muito grave, e não houve iniciativa suficiente e orientações em tempo hábil para retirar as pessoas e minimizar os impactos da tragédia. O resultado foram mais de 60 mortos, feridos e quase mil pessoas desalojadas. Além disso o desastre deixou sequelas em toda a serra do mar com cicatrizes e perda de vegetação, áreas de drenagem soterradas, instáveis e que precisarão ser corrigidas para não gerar novos riscos futuros.

Portanto, é necessário implantar mais estações de monitoramento com dados de domínio público, as pessoas precisam ser avisadas e participar ativamente da gestão do risco e saber o que fazer previamente. As cidades ainda não são resilientes, as pessoas moram em locais inadequados, precisam ser construídas moradias em lugares seguros e criar uma nova visão de planejamento includente, com cidades mais preparadas para enfrentar os riscos climáticos, com áreas verdes e infraestruturas, habitação em áreas adequadas, com maior capacidade de resistir a eventos extremos, estruturados em estratégias e Planos de Adaptação à crise climática que inclua a revisão da resiliência das políticas públicas e das infraestruturas urbanas e sociais existentes nas cidades. Sânia agradece e passa a palavra para Arq. Urb. Carolina Terra para síntese das principais contribuições e perguntas enviadas pelo chat.



DEBATE

19h35

Síntese do Chat: Arq. Urb. Carolina Mauro Terra – Núcleo BrCidades RMBS

- **Regina Potenza** pergunta se o Instituto Pólís está junto aos organizadores da Live, e lembra da pesquisa elaborada que gerou o documento sobre Litoral Sustentável;
- **Lucas Leite** observa que um dos problemas das famílias desalojadas é a falta de laudo da Defesa Civil e pergunta que se apenas a Defesa Civil pode emitir tais laudos;
- **Sara Gusmão** afirma que, infelizmente, tudo ainda está no campo teórico ainda e que a população mais carente não tem a quem recorrer; infelizmente, voltarão às áreas de risco;
- **Cléber Leclair** diz que, em 2013, trabalhou no levantamento métrico de todos os lotes da cidade de Ubatuba, e tudo foi entregue em formato digital. Logo, a prefeitura tem acesso à material e consulta rápida;
- **Natália Carvalho** lembra de mais um descaso, que ontem o prefeito aprovou um decreto para verticalização, o que não é legal (o Plano Diretor precisa de consulta pública). Eles querem um plano de urbanização participativo, que pense nas comunidades, no meio ambiente e nas mudanças climáticas;
- **Lucas Leite** comenta que em São Sebastião houve “cópia e cola” do Plano de Santos (inclusive o nome da cidade aparece diversas vezes no documento); afirma que não houve construção nem processo;
- **Natália Carvalho** pergunta se temos exemplos de escolas e projetos arquitetônicos que foram construídos nesse modelo de cidades resilientes e sustentáveis. Porque lá eles perderam duas escolas para auxiliar o município com propostas;
- **Lucas Leite** faz o questionamento do que era Emplasa e no comentário a arquiteta Mônica explica que era a antiga Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano que infelizmente foi extinta pelo governo do estado. Era responsável pelo planejamento metropolitano da Região Metropolitana de SP e contribuía de forma significativa com todas as agências do estado de São Paulo;
- **Cristina Borges** faz o comentário: *“e pensar que o governo tentou fechar o CDHU no ano passado”*;
- **Fábio Júnior**, liderança da Bela Vista em Santos, fala que as comunidades precisam de um olhar especial. Que a tragédia não pode se repetir; tragédia é perda de vida, perda de família e que todos os cuidados são poucos;
- **Almir Manoel** faz o comentário de que o Plano Diretor da cidade de Santos dialogou com questões climáticas e ele pergunta como dialogar com a gestão de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas com a falta de habitação?
- **Lenimar Rios** faz o comentário de que não falta conhecimento, na verdade faltam medidas dos órgãos do governo;
- **Lucas Leite** pergunta: e depois do alerta a população corre para onde? Aqui depois da tragédia anunciada, a recomendação é correr para a pista.



Após a síntese relatada pela Carolina, a mediadora Sânia Baptista devolve a palavra aos expositores para os seus comentários finais:

Fábio Chagas agradece a oportunidade de fazer perguntas e destaca a importância do aspecto técnico na questão abordada, que está intimamente ligada à política. Ele também esclarece que não é morador de São Sebastião e da Vila Sahy, mas sim um ativista popular das ocupações urbanas do centro de São Paulo, e atualmente vive em uma ocupação. A luta continua e embora o resultado seja incerto, acredita que é o único caminho a seguir. Ele defende a necessidade de mobilizar a população para construir a democracia, onde o conflito não seja escondido debaixo do tapete, mas gerenciado de forma adequada. Para Fábio, conflito não é o problema em si, mas sim a forma como ele é gerenciado.

Nego Léó, morador da Vila Sahy, agradece a todos que proporcionaram o encontro e estão buscando soluções. Reconhece que não tem muito conhecimento técnico e agradeceu por ter pessoas contribuindo para educação e maior conhecimento de todos os envolvidos. Destacou a importância de prestar atenção na realidade do povo e reconhece que, se nada for feito, as coisas continuarão acontecendo da mesma forma. Ele agradece aos grupos que estão lutando junto com eles: Despejo Zero, Cosme, Associação da Favela, Coletivo Caiçara, Rede Brotar e MST. Pede ajuda para conseguir ônibus e alimentação para o grande manifesto que acontecerá no dia 19 e enfatizou que, embora trágico, é satisfatório estar com todos para tentar resolver esses problemas. **Sânia Baptista** expressa sua solidariedade com toda a comunidade da Vila Sahy.

Cristina Boggi compartilha sua experiência de quase dez anos trabalhando no Minha Casa Minha Vida Entidades. Ela acreditava que a produção de habitação nova poderia ser a solução para o problema do risco. No entanto, hoje em dia, com a dimensão dos assentamentos precários, ela vê que são necessárias várias ações, como a construção de casas, prédios novos e a urbanização dos assentamentos, conforme mencionado por Fernando. Ela também destaca a importância de ações locais de assessoria técnica para reduzir a vulnerabilidade e menciona que, muitas vezes, as escolas acabam sendo construídas em áreas de risco, o que não deveria acontecer. As escolas precisam ser em um lugar seguro e de abrigo em caso de emergência, que não inunde. Cristina agradece a todos, espera que o CAU/SP continue nessa luta e se coloca à disposição para colaborar no que for possível. **Sânia** agradece a Cristina e expressa o desejo de que essa atividade seja o início de outras que o CAU realize com o mesmo objetivo.

Ivan Maglio relata que logo após a tragédia de São Sebastião, ele viu algumas declarações sobre a necessidade de fazer habitação e retirar as pessoas das áreas de risco, mas afirma que isso não é suficiente. Ele destaca a importância da construção de habitação e da retirada das populações das áreas de risco, e exemplifica com o caso das encostas sem cobertura vegetal que estão suscetíveis a deslizamentos durante as chuvas: vai escorregar como escorregou vários trechos e as populações da costa Sul e São Sebastião ficaram isoladas. Ivan ressalta que é necessário melhorar a infraestrutura e ter planejamento para lidar com a vulnerabilidade da região. Afirma que a estrada de São Sebastião não resiste a algum tempo. Ele menciona que há muitas outras ações baseadas na



natureza, desde pequenas ações até um planejamento mais eficiente, que precisam ser consideradas. Também aponta que Santos é precursor em planos de adaptação, enquanto São Sebastião não tem plano algum (não tem plano de adaptação, não tem plano climático algum, nem tratava de área de risco). Ressalta que não há recursos para implantar o Plano de Santos e questiona: o que fazer naquelas quinze áreas que estão lá e que são reconhecidas de risco, ondas, de erosão costeira, de escorregamento ou de inundação para Vila São Manoel? Quais os projetos? Como é que se adapta aquela situação? Tira as pessoas, não tira, leva pra onde? O que fazer? Ele destaca a importância de continuar trabalhando em projetos de adaptação para as áreas de risco de São Sebastião. Ivan conclui enfatizando que é necessário sair rapidamente da fase inicial dos planos de ação climática e buscar um planejamento contínuo e efetivo. **Sânia** agradece ao Ivan e destaca a importância de um processo contínuo de planejamento em conjunto com a comunidade. Ela encerra sua participação na atividade e passa a palavra para Arq. Urb. Mônica Viana, conselheira do CAU/SP, que fará o encerramento da atividade.



ENCERRAMENTO

20h00

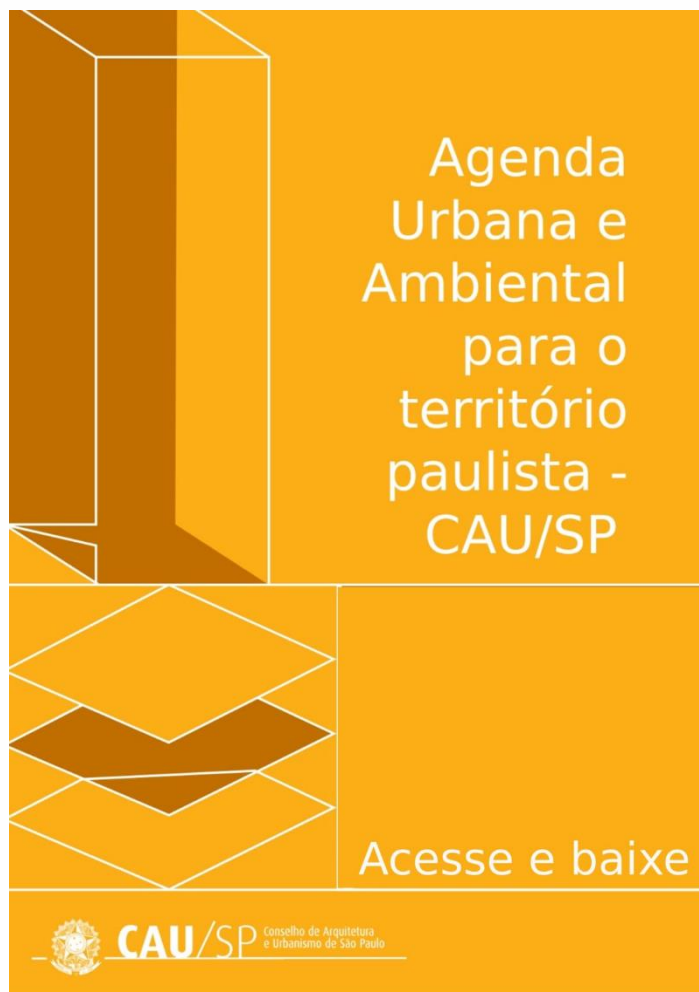
Arq. Urb. Mônica Antonia Viana – CPUAT-CAU/SP

A coordenadora da CPUAT-CAU/SP, Mônica Viana, afirma que as contribuições e o debate foram excelentes. Reconhece que o tema é complexo e que não pode ser debatido em uma live de duas horas, mas é um pontapé inicial para a discussão. Nós do CAU/SP planejamos continuar esse importante debate com a realização de outros eventos até o final do ano, incluindo no território, e levando o tema para o III Ciclo de Debates sobre a Política Urbana, Ambiental e Territorial, previsto para novembro/2023. Destaca mais uma vez que é necessário trabalhar o planejamento de forma dinâmica, integrada e com a participação popular para aprofundar o tema, não só agora durante a comoção dessas tragédias-crime. É preciso conscientizar, discutir, debater e principalmente trabalhar planos e ações com a participação popular. Faz referência a experiência que o Fernando Nogueira trouxe, da Ponta Negra em Ubatuba, que envolve a parceria com o Instituto Pólis, sendo um trabalho com fomento do CAU/BR, assim como os vários editais do CAU/SP. Ressalta a importância de dar voz à população que sofre no território os impactos das mudanças climáticas e dessas tragédias. Convida a todos(as) para que acompanhem os nossos trabalhos pelo site do CAU/SP.

Por fim, agradece aos convidados(as), em especial ao Leandro e Fábio Chagas, aos especialistas (Cristina Boggi, Fernando Nogueira e Ivan Maglio), aos colegas e Conselheiras da CPUAT-CAU/SP (Denise Antonucci, Maria Isabel Paulino e Terezinha Debrassi), a Comissão de ATHIS que é representada neste evento pela Conselheira Débora Sanchez e a Conselheira Ana Paula Preto da CTIC-CAU/SP; ao operador da live Adriano, em conjunto com Fernanda Costa da Comunicação do CAU/SP, por todo apoio; e também a SGO, por meio do André Ferreira, que dá apoio à CPUAT. Como também aos colegas do Núcleo BrCidades RMBS, nossos parceiros na organização dessa live, e que vão continuar nesse importante debate: na pessoa da Sânia Baptista, Carolina Terra e Gabriela Ortega. Destaca que a discussão sobre esse tema deve ser permanente e relembra que o CAU/SP já investiu mais de cinco milhões em editais de assistência técnica para habitação de interesse social em todo o estado de São Paulo, como relatou a Débora. Buscar assim, valorizar a nossa atuação profissional e cumprir a função social do Arquiteto e Urbanista, bem como a importância de ter Arquitetura e Urbanismo como política de estado. Faz referência também a importância da divulgação, debate e implementação da Agenda Urbana e Ambiental no território paulista, elaborada pelo CAU/SP.

ANEXO

Imagem da Agenda Urbana e Ambiental para Território Paulista do CAU/SP



LINK DE ACESSO À AGENDA URBANA E AMBIENTAL DO CAU/SP:

<https://causp.gov.br/cau-sp-conheca-a-agenda-urbana-e-ambiental/>

https://issuu.com/causp_oficial/docs/agenda_urbana_e_ambiental